

# SUMÁRIO

## **CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

- Índice Sistemático da CF.....	11
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .....	13
- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	72

## **CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

- Índice Sistemático da CLT .....	97
- Consolidação das Leis do Trabalho .....	101

## **CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**

- Índice Sistemático do CPC de 2015.....	251
- Código de Processo Civil de 2015 .....	257
- Índice Alfabético-Remissivo do CPC (Lei 13.105/2015) .....	335

## **CC – CÓDIGO CIVIL**

- Código Civil de 2002 (Excertos) .....	355
---	-----

## **LINDB – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO**

- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	375
--	-----

## **CP – CÓDIGO PENAL**

- Código Penal (Excertos) .....	381
---------------------------------	-----

## **CPP – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

- Código de Processo Penal (Excertos).....	387
--	-----

## **CDC – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

- Índice Sistemático do CDC .....	391
- Código de Defesa do Consumidor .....	393

## **LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR**

- Índice Cronológico da Legislação Complementar .....	405
- Legislação Complementar .....	417
- Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho – TST .....	1077

**PRECEDENTES VINCULANTES DO TST**

- Recursos de Revista Repetitivos.....
- Arguições de inconstitucionalidade.....
- Incidentes de Assunção de Competência .....
- Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas.....

**SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM MATÉRIA TRABALHISTA**

- Índice das Súmulas dos Tribunais Superiores em Matéria Trabalhista ..... 1113
- Súmulas Vinculantes do STF ..... 1129
- Súmulas do STF em Matéria Trabalhista..... 1130
- Súmulas do STJ em Matéria Trabalhista..... 1133
- Súmulas da Jurisprudência Uniforme do TST..... 1135
- Orientações Jurisprudenciais do TST
  - Tribunal Pleno..... 1167
  - SBDI-1 ..... 1168
  - SBDI-1 – Transitória ..... 1193
  - SBDI-2..... 1198
  - SDC..... 1210
- Precedentes Normativos do TST..... 1212
  
- Índice Alfabético-Remissivo Geral – CLT • CF • CPC/2015 • CC• CP • CDC • CPP • Súmulas • OJs • PNs • Legislação ..... 1219
- Índice Cronológico da Legislação Complementar – Consulta Rápida ..... 1321

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

## LEIS

Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 – Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.....	417	Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965 – Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos .....	429
• <i>Regulamento: Decreto nº 10.854/2021</i>		Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 – Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências .....	433
Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.....	418	Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966 – Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.....	435
• <i>Regulamento: Lei 5.584/1970</i>		Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970 – Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.....	418
Lei nº 1.408, de 9 de agosto de 1951 – Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.....	419	• <i>Lei regulamentada: Lei 1.060/1950</i>	
Lei nº 2.757, de 23 de abril de 1956 – Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.....	420	Lei nº 5.725, de 27 de outubro de 1971 – Estabelece a permissão do desconto no salário do empregado de prestações relativas ao financiamento para aquisição de unidade habitacional, no Sistema Financeiro da Habitação .....	438
Lei nº 3.030, de 19 de dezembro de 1956 – Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparada pelo próprio empregador .....	420	Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Excertos) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências .....	438
Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957 – Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.....	420	• <i>Regulamento: Lei 12.690/2012.</i>	
Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960 (Excertos) – Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.....	420	Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972 – Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos .....	440
Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961 – Altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas....	422	Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 – Estatui normas reguladoras do trabalho rural .....	441
Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 – Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.....	423	• <i>Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021</i>	
• <i>Regulamento: Lei nº 4.749/1965 e Decreto nº 10.854/2021</i>		Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 – Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.....	443
Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963 – Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências.....	423	Lei nº 6.224, de 14 de julho de 1975 – Regula o exercício da profissão de propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos, e dá outras providências..	445
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Excertos) – Lei do Serviço Militar.....	424	Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 – Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.....	446
Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964 – Regula a profissão de corretor de seguros.....	424	Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões, e dá outras providências .....	447
Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965 – Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.....	426	Lei nº 6.586, de 6 de novembro de 1978 – Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários.....	448
Lei nº 4.739, de 15 de julho de 1965 – Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências .....	427		
Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965 – Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.....	423		
• <i>Lei regulamentada: Lei nº 4.090/1962</i>			
• <i>Regulamento: Decreto nº 10.854/2021</i>			
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965 – Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.....	428		

Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista e dá outras providências.....	449	Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 – Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências.....	466
Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979 – Equipara no tocante à Previdência Social urbana, os ministros de confissão religiosa e os membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa aos trabalhadores autônomos e dá outras providências.....	450	• Regulamentada pelo Decreto nº 92.530/1986	
Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979 (Excertos) – Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.....	451	Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 – Institui o vale-transporte e dá outras providências.....	467
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.....	452	• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980 – Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....	455	Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.....	468
• Regulamentada pelo Decreto nº 85.845/1981		• Regulamento: Decreto 94.406/1987	
Lei nº 6.868, de 3 de dezembro de 1980 – Dispensa a apresentação dos documentos que especifica, e dá outras providências.....	456	Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 – Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências.....	471
Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências.....	456	Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 – Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.....	472
• Regulamentada pelo Decreto nº 89.531/1984		Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.....	473
Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 – Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.....	457	Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.....	474
Lei nº 7.002, de 14 de junho de 1982 – Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados, e dá outras providências.....	458	Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.....	476
Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982 – Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.....	459	• Regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999	
• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021		Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	481
Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 – Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.....	460	Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....	484
Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984 – Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e revoga dispositivos do decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.....	460	Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 – Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	485
Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984 – Define a atividade do Transportador Rodoviário Autônomo de Bens e dá outras providências.....	461	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.....	486
Lei nº 7.316, de 28 de maio de 1985 – Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.....	461	Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.....	503
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.....	462	Lei nº 8.073, de 30 de julho de 1990 – Estabelece a Política Nacional de Salários e dá outras providências.....	504
Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985 – Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras providências.....	463	Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 – Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.....	504
Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985 – Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.....	464	Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991 (Excertos) – Estabelece regras sobre preços e salários, e dá outras providências.....	508
• Regulamentada pelo Decreto nº 92.790/1986		Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.....	510
		Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.....	526
		Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 – Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de	

Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.....	546	tar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências...	587
Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992 – Dispõe sobre a publicação de informações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal.....	547	Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.....	588
Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992 – Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.....	547	Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Excertos) – Estabelece normas para as eleições.....	589
Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992 – Dispõe sobre a política nacional de salários.....	548	Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.....	589
Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993 – Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política.....	548	Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.....	590
Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.....	553	Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.....	591
Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993 – Dispõe sobre a concessão de benefício no pagamento da modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista no art. 20, inciso VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.....	554	Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.....	591
Lei nº 8.716, de 11 de outubro de 1993 – Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências.....	555	Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Excertos) – Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.....	593
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências...	555	Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.....	602
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.....	557	Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 – Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.....	603
Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 – Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.....	558	Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências.....	605
Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994 – Fixa a jornada de trabalho dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.....	559	Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998 – Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.....	606
Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	559	Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999 – Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.....	678
Lei nº 8.984, de 7 de fevereiro de 1995 – Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).....	561	Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.....	678
Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.....	562	Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000 – Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.....	679
Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995 – Dispõe sobre feriados.....	562	Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.....	680
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.....	562	Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000 – Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências ...	681
Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Dispõe sobre a arbitragem.....	578	Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 – Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.....	682
Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.....	584	Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001 – Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.....	683
Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 – Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complemen-			

Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.....	684	Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006 – Regula-menta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências .....	769
Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002 – Auto-riza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.....	691	Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.....	770
Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002 – Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências.....	691	• <i>Regulamento: IN TST 30/2007</i>	
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências .....	692	Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia .....	772
Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003 (Excer-tos) – Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdic-ções e dá outras providências .....	694	Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007 – Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências .....	773
Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desem-prego, durante o período de defeso, ao pescador pro-fissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal .....	694	Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008 – Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências .....	778
• <i>Regulamentada pelo Decreto nº 8.424/2015</i>		Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008 – Institui o Es-tatuto do Garimpeiro e dá outras providências.....	779
Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003 – Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo .....	698	Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008 – Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacio-nal dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 .....	789
Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.....	698	Lei nº 11.760, de 31 de julho de 2008 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.....	790
• <i>Regulamentada pelo Decreto nº 4.840/2003</i>		Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 – Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de in-centivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 .....	790
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Excertos) – Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências .....	704	• <i>Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021</i>	
Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 – Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; alte-ra as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências .....	704	Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dis-põe sobre o estágio de estudantes; altera a reda-ção do art. 428 da Consolidação das Leis do Tra-balho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....	791
Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária .....	707	Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008 – Regu-lamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.....	793
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Excertos) – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Vi-olência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezem-bro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá ou-tras providências (Lei Maria da Penha).....	736	Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 – Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras provi-dências.....	794
Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 – Regulamen-ta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências..	736	Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009 – Regula-menta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitá-rio de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos servi-ços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabe-lece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.....	794

Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.....	795	2007, e dispositivos das Leis nos 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.....	805
Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009 – Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.....	797	Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.....	813
Lei nº 12.198, de 14 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista.....	798	Lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids.....	816
Lei nº 12.278, de 30 de junho de 2010 – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS – destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal.....	798	Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 – Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências .....	818
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Excertos) – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.....	798	• <i>Regulamentada pelo Decreto nº 8.433/2015</i>	
Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010 – Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.....	799	Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 – Altera as Leis 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis 7.859, de 25 de outubro de 1989, e 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências..	826
Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	800	Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015 – Altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.876, de 2 de junho de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências .....	827
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 – Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências .....	801	Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997.....	827
Lei nº 12.436, de 6 de julho de 2011 – Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.....	801	Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Excertos) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	830
Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier .....	802	Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LOTEEX; altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nos 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências .....	841
Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 – Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências....	802	Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015 – Institui o Programa Seguro-Emprego – PSE.....	847
Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011 – Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.....	802		
Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012 – Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.....	802		
Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012 – Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.....	803		
Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 .....	438		
• <i>Lei regulamentada: Lei 5.074/1971.</i>			
Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário .....	805		
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nos 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nos 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de			

Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016 – Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.....	849	Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios por Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008.....	885
Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016 – Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977....	851	Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019 – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.....	890
Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.....	855	Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.....	891
Lei nº 13.363, de 25 de novembro de 2016 – Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.....	855	Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019 – Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.019, de 11 de abril de 1990, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, dispor sobre a movimentação das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e sobre a devolução de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alterar disposições sobre as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e extinguir a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa.....	907
Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Altera as Leis nºs 9.394, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20.06.2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.....	855	Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.....	908
Lei nº 13.419, de 13 de março de 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.....	856	Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020 – Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	913
Lei nº 13.420, de 13 de março de 2017 – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.....	856	Lei nº 13.997, de 6 de maio de 2020 – Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	913
Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 – Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.....	857	Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).....	913
Lei nº 13.432, de 11 de abril de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.....	857		
Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.....	858		
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.....	864		
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	867		
Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 – Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de			



Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.....	914	realização de avaliação social mediada por meio de videoconferência; e dá outras providências .....	933
Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências .....	920	Lei nº 14.179, de 30 de junho de 2021 – Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; e revoga dispositivos das Leis nos 8.870, de 15 de abril de 1994, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).....	936
Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências .....	920	Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022 – Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.....	1015
Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020 – Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nos 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001.....	922	Lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022 – Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19.....	1016
Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020 – Altera as Leis nos 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.....	927	Lei nº 14.311, de 9 de março de 2022 – Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica....	1016
Lei nº 14.128, de 26 de março de 2021 – Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.....	929	Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022 – Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.....	1026
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Excertos) – Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	930	Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023 – Altera as Leis nos 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos .....	1029
Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021 – Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.....	933	Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Excertos) – Institui a Lei Geral do Esporte.....	1030
Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021 – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a		Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 (Excertos) – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nos 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nos 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.....	1039
		Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 – Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....	1039
		Lei nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 – Cria o selo Empresa Amiga da Mulher .....	1040
		Lei nº 14.683, de 20 de setembro de 2023 – Institui o selo Empresa Amiga da Amamentação, para esti-	

<p>mular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno .....</p> <p>Lei nº 14.725, de 16 de novembro de 2023 – Regula a profissão de sanitarista.....</p> <p>Lei nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023 – Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).....</p> <p>Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024 – Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).....</p> <p>Lei nº 14.824, de 20 de março de 2024 – Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....</p> <p>Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024 – Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação.....</p> <p>Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 – Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....</p> <p>Lei nº 15.074, de 26 de dezembro de 2024 – Regula o exercício da profissão de geofísico.....</p> <p>Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025 – Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.....</p>	<p>1040</p> <p>1041</p> <p>1041</p> <p>1042</p> <p>1046</p> <p>1049</p> <p>1050</p> <p>1065</p>	<p>Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000 – Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.....</p> <p>Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 – Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.....</p> <p><i>• Regulamentada pelo Decreto nº 3.914/2001</i></p> <p>Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.....</p> <p>Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014 – Estende a estabilidade provisória prevista na alínea <b>b</b> do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.....</p> <p>Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.....</p> <p>Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.....</p>	<p>680</p> <p>684</p> <p>740</p> <p>817</p> <p>822</p> <p>854</p>
<p><b>DECRETOS</b></p>			
<p>Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977 – Regulamenta a Residência Médica, cria a Comissão Nacional de Residência Médica e dá outras providências.....</p> <p>Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981 – Regulamenta a Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....</p> <p><i>• Lei regulamentada: Lei 6.858/1980</i></p> <p>Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984 – Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.....</p> <p><i>• Lei regulamentada: Lei 6.888/1980.</i></p> <p>Decreto nº 92.530, de 9 de abril de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.....</p> <p><i>• Lei regulamentada: Lei 7.410/1985</i></p> <p>Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985,</p>	<p>458</p> <p>455</p> <p>436</p> <p>437</p> <p>445</p> <p>450</p>	<p>Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 – Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.....</p> <p>Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970 – Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.....</p> <p>Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975 – Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).....</p> <p>Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 (Excertos) – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.....</p>	<p>458</p> <p>457</p> <p>467</p>

que regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências .....	464	Decreto nº 8.989, de 14 de fevereiro de 2017 – Altera o Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do referido Fundo.....	855
• Lei regulamentada: Lei 7.394/1985			
Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987 – Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências .....	469	Decreto nº 9.499, de 10 de setembro de 2018 – Promulga o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firmada na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003.....	877
• Lei regulamentada: Lei 7.498/1986			
Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990 – Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	496	Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Excertos) – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.....	879
Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição.....	562	Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 (Excertos) – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil .....	899
Decreto nº 2.067, de 12 de novembro de 1996 – Promulga o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa .....	581	Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.....	1001
Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências .....	607	Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022 – Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.....	1016
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Excertos) – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências... ..	478	Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 – Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional .....	1057
• Lei regulamentada: Lei 7.853/1989			
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001 – Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 .....	686	Decreto nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024 – Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025 .....	1065
Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 – Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho .....	688	Decreto nº 12.564, de 24 de julho de 2025 – Regulamenta o art. 2º-I da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a verificação biométrica da identidade do trabalhador, o consentimento para tratamento de dados pessoais biométricos e o uso de assinaturas eletrônicas e digitais nas operações de crédito consignado com desconto em folha de pagamento para fins de contratação e averbação .....	1074
Decreto nº 4.840, de 17 de setembro de 2003 – Regulamenta a Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.....	702		
Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004 – Regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.....	503		
Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008 – Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências .....	780		
Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015 – Regulamenta a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.....	695	<b>DECRETO-LEI</b>	
Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015 – Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições .....	818	Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro .....	375
Decreto nº 8.433, de 16 de abril de 2015 – Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei 13.103, de 2 de março de 2015.....	820	Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968 – Dispõe sobre efeitos de débitos salariais e dá outras providências .....	435
		Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969 (Excertos) – Dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública, e dá outras providências.....	435
		Decreto-lei nº 691, de 18 de julho de 1969 – Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de téc-	

nicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências.....	436	Instrução Normativa TST nº 10, de 20 de março de 1997 – Uniformiza procedimentos a serem adotados relativamente às contribuições previdenciárias dos representantes classistas.....	585
Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969 – Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica .....	436	Instrução Normativa TST nº 12, de 12 de junho de 1997 – Estabelece procedimentos para a habilitação e o provimento de cargos da magistratura classista temporária de 1ª e 2ª instâncias da Justiça do Trabalho e dá outras providências .....	585
<b>ATOS</b>			
Ato TST nº 491, de 23 de setembro de 2014 – Aplicação da Lei nº 13.015/2014.....	817	Instrução Normativa TST nº 13, de 9 de outubro de 1997 – Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço aos representantes classistas da Justiça do Trabalho e dá outras providências .....	589
Ato Conjunto TST e CSJT e CGJT nº 34, de 17 de agosto de 2021 – Regulamenta os procedimentos para a realização de audiências de conciliação em processos que tramitam em grau de recurso no Tribunal Superior do Trabalho.....	937	Instrução Normativa TST nº 16, de 3 de setembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.....	678
Ato SEGJUD.GP nº 391, de 10 de julho de 2025 – Divulga os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT.....	1074	Instrução Normativa TST nº 17, de 17 de dezembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação ao recurso de revista .....	679
<b>PORTARIAS</b>			
Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021 – Aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes .....	938	Instrução Normativa TST nº 18, de 17 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre a comprovação do depósito recursal na Justiça do Trabalho.....	679
Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.....	950	Instrução Normativa TST nº 20, de 7 de novembro de 2002 – Dispõe sobre os procedimentos para o recolhimento de custas e emolumentos devidos à União no âmbito da Justiça do Trabalho .....	687
Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021 – Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências.....	984	Instrução Normativa TST nº 24, de 2 de outubro de 2003 – Dispõe sobre a faculdade de o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho designar audiência prévia de conciliação, no caso de pedido de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho .....	693
<b>PORTARIAS CONJUNTAS</b>			
Portaria Conjunta SEPRT/RFB nº 71, de 29 de junho de 2021 – Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.107809/2021-34).....	935	Instrução Normativa TST nº 27, de 16 de fevereiro de 2005 – Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004.....	735
<b>INSTRUÇÕES NORMATIVAS</b>			
Instrução Normativa TST nº 3, de 5 de março de 1993 – Interpreta o art. 8.º da Lei nº 8.542, de 23/12/92 (DOU de 24/12/1992), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho e a Lei nº 12.275, de 29 de junho de 2010, que altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce o § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....	548	Instrução Normativa TST nº 29, de 4 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos em que é parte pessoa portadora de deficiência .....	735
Instrução Normativa TST nº 8, de 22 de agosto de 1996 – Uniformiza a interpretação das normas legais aplicáveis às eleições para os cargos de direção e de substituição dos Tribunais do Trabalho.....	577	Instrução Normativa TST nº 30, de 13 de setembro de 2007 – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.....	773
		Instrução Normativa TST nº 31, de 27 de setembro de 2007 – Regulamenta a forma de realização do depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007 .....	776
		Instrução Normativa TST nº 32, de 19 de dezembro de 2007 – Uniformiza procedimentos para a expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	777
		Instrução Normativa TST nº 34, de 16 de novembro de 2009 – Dispõe sobre a guia a ser utilizada, na Justiça do Trabalho, para o recolhimento do depósito prévio destinado à propositura de ação anulatória de débito fiscal resultante de penalidade administrativa imposta por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego.....	798
		Instrução Normativa TST nº 36, de 14 de novembro de 2012 – Regulamenta, na Justiça do Trabalho, o acoelhimento e o levantamento de depósitos judiciais...	804
		Instrução Normativa TST nº 38, de 10 de novembro de 2015 – Regulamenta o procedimento do Inci-	

dente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos repetitivos à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho repetitivos.....	845	2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.....	852
Instrução Normativa do TST Nº 39, de 15 de março de 2016 – Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.....	849	Resolução Administrativa nº 1.889, de 17 de abril de 2017, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Referência o ATO TST.GP. Nº 101, de 9 de março de 2017, praticado pela Presidência do Tribunal, altera a Resolução Administrativa nº 1860, de 28/11/2016, que regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	858
Instrução Normativa TST nº 40, de 15 de março de 2016 – Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.....	851	Resolução Administrativa TST nº 2.048, de 17 de dezembro de 2018 – Altera as Instruções Normativas nºs 3, 20, 31 e 36 e revoga as Instruções Normativas nºs 15 e 26.....	884
Instrução Normativa nº TST 41, de 21 de junho de 2018 – Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.....	867	Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019 – Institui, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária AJ/JT, destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento desses profissionais nas situações em que prestarem a assistência à custa do orçamento da União, e dá outras providências.....	893
Instrução Normativa MTP nº 2, de 8 de novembro de 2021 (Excertos) – Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Auditoria-Fiscal do Trabalho nas situações elencadas.....	1000	Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020 – CNJ – Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.....	924
Instrução Normativa Transitória TST Nº 41-A – Dispõe sobre os recursos em incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência julgados nos Tribunais Regionais do Trabalho.....	1058	Resolução nº 354, de 19 de novembro de 2020 – CNJ – Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências... ..	925
Instrução Normativa RFB nº 2.237, de 4 de dezembro de 2024 – Dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais DCTFWeb.....	1061	Resolução nº 957, de 21 de setembro de 2022 – CO-DEFAT – Dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, do §1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 e da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.....	1018
<b>RESOLUÇÕES</b>		Resolução CNJ nº 586, de 30 de setembro de 2024 – Dispõe sobre métodos consensuais de solução de disputas na Justiça do Trabalho.....	1059
Resolução Administrativa TST nº 1.276, de 22 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a criação, composição e competência do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, e sobre a competência do Tribunal Pleno.....	776	Resolução CNJ 591, de 23 de outubro de 2024 – Dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu procedimento.....	1059
Resolução Administrativa TST nº 1.340, de 1º de junho de 2009 – Referenda ato da Presidência que autoriza o Presidente do Tribunal a decidir, monocraticamente, os agravos de instrumento em recurso de revista e os recursos de revista pendentes de distribuição, nas hipóteses que especifica.....	794	Resolução TST nº 223, de 25 de novembro de 2024 – Edita a Instrução Normativa Transitória nº 41-A, que dispõe sobre os recursos em incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência julgados nos Tribunais Regionais do Trabalho.....	1058
Resolução CGES nº 1, de 20 de fevereiro de 2015 – Dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).....	817	Resolução CSJT nº 415, de 23 de maio de 2025 – Disciplina a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado das Disputas de Interesses no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e dá outras providências.....	1065
Resolução nº 525, de 29 de abril de 2015 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata os artigos 67-A, 67-C e 67-E, incluídos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, pela Lei 13.103, de 02 de março de 2015, e dá outras providências.....	821	<b>REGIMENTO INTERNO DO TST</b>	
Resolução nº 2, de 21 de julho de 2015, do Comitê do Programa de Proteção ao Emprego – CPPE – Estabelece regras e procedimentos para a adesão e o funcionamento do Programa de Proteção ao Emprego – PPE.....	840	Resolução Administrativa 1.937/2017.....	1077
Resolução CCFGTS nº 780, de 24 de setembro de 2015 – Regulamenta a inclusão do empregado doméstico no FGTS na forma da Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015.....	845	<b>PROVIMENTO</b>	
Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei nº 13.105, de 16 de março de		Provimento CFOAB nº 204, de 13 de abril de 2021 – Regulamenta a forma de comprovação da prestação de serviços advocatícios por advogados e sociedades de advogados.....	932

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR – CONSULTA RÁPIDA

<b>LEIS</b>			
605/1949.....	417	7.002/1982.....	458
1.060/1950.....	418	7.064/1982.....	459
1.408/1951.....	419	7.115/1983.....	460
2.757/1956.....	420	7.238/1984.....	460
3.030/1956.....	420	7.290/1984.....	461
3.207/1957.....	420	7.316/1985.....	461
3.857/1960.....	420	7.347/1985.....	462
3.999/1961.....	422	7.377/1985.....	463
4.090/1962.....	423	7.394/1985.....	464
4.266/1963.....	423	7.410/1985.....	466
4.375/1964.....	424	7.418/1985.....	467
4.594/1964.....	424	7.498/1986.....	468
4.725/1965.....	426	7.644/1987.....	471
4.739/1965.....	427	7.701/1988.....	472
4.749/1965.....	423	7.716/1989.....	473
4.860/1965.....	428	7.783/1989.....	474
4.886/1965.....	429	7.853/1989.....	476
4.923/1965.....	433	7.998/1990.....	481
4.950-A/1966.....	435	8.009/1990.....	484
5.584/1970.....	418	8.019/1990.....	485
5.725/1971.....	438	8.036/1990.....	486
5.764/1971.....	438	8.069/1990.....	503
5.811/1972.....	440	8.073/1990.....	504
5.889/1973.....	441	8.177/1991.....	504
6.019/1974.....	443	8.178/1991.....	508
6.224/1975.....	445	8.212/1991.....	510
6.321/1976.....	446	8.213/1991.....	526
6.533/1978.....	447	8.352/1991.....	546
6.586/1978.....	448	8.406/1992.....	547
6.615/1978.....	449	8.437/1992.....	547
6.696/1979.....	450	8.542/1992.....	548
6.708/1979.....	451	8.632/1993.....	548
6.830/1980.....	452	8.662/1993.....	553
6.858/1980.....	455	8.678/1993.....	554
6.868/1980.....	456	8.716/1993.....	555
6.888/1980.....	456	8.745/1993.....	555
6.932/1981.....	457	8.844/1994.....	557
		8.852/1994.....	558
		8.856/1994.....	559

8.906/1994 .....	559	11.760/2008 .....	790
8.984/1995 .....	561	11.770/2008 .....	790
9.029/1995 .....	562	11.788/2008 .....	791
9.093/1995 .....	562	11.889/2008 .....	793
9.279/1996 .....	562	11.901/2009 .....	794
9.307/1996 .....	578	12.009/2009 .....	794
9.424/1996 .....	584	12.016/2009 .....	795
9.469/1997 .....	587	12.023/2009 .....	797
9.494/1997 .....	588	12.198/2010 .....	798
9.504/1997 .....	589	12.278/2010 .....	798
9.507/1997 .....	589	12.288/2010 .....	798
9.601/1998 .....	590	12.302/2010 .....	799
9.608/1998 .....	591	12.319/2010 .....	800
9.609/1998 .....	591	12.395/2011 .....	801
9.615/1998 .....	593	12.436/2011 .....	801
9.674/1998 .....	602	12.467/2011 .....	802
9.696/1998 .....	603	12.468/2011 .....	802
9.715/1998 .....	605	12.506/2011 .....	802
9.719/1998 .....	606	12.591/2012 .....	802
9.800/1999 .....	678	12.592/2012 .....	803
9.867/1999 .....	678	12.690/2012 .....	438
9.962/2000 .....	679	12.790/2013 .....	805
9.983/2000 .....	680	12.815/2013 .....	805
10.101/2000 .....	681	12.965/2014 .....	813
10.192/2001 .....	682	12.984/2014 .....	816
10.220/2001 .....	683	12.990/2014 .....	815
10.224/2001 .....	684	13.103/2015 .....	818
10.555/2002 .....	691	13.134/2015 .....	826
10.556/2002 .....	691	13.135/2015 .....	827
10.741/2003 .....	692	13.140/2015 .....	827
10.770/2003 .....	694	13.146/2015 .....	830
10.779/2003 .....	694	13.155/2015 .....	841
10.803/2003 .....	698	13.189/2015 .....	847
10.820/2003 .....	698	13.271/2016 .....	849
10.833/2003 .....	704	13.301/2016 .....	851
11.033/2004 .....	704	13.352/2016 .....	855
11.101/2005 .....	707	13.363/2016 .....	855
11.340/2006 .....	736	13.415/2017 .....	855
11.350/2006 .....	736	13.419/2017 .....	856
11.417/2006 .....	769	13.420/2017 .....	856
11.419/2006 .....	770	13.429/2017 .....	857
11.476/2007 .....	772	13.432/2017 .....	857
11.491/2007 .....	773	13.475/2017 .....	858
11.648/2008 .....	778	13.667/2018 .....	864
11.685/2008 .....	779	13.709/2018 .....	867
11.699/2008 .....	789	13.846/2019 .....	885

13.872/2019 .....	890	<b>DECRETOS</b>	
13.874/2019 .....	891	80.281/1977 .....	458
13.932/2019 .....	907	85.845/1981 .....	455
13.979/2020 .....	908	89.531/1984 .....	457
13.985/2020 .....	913	92.530/1986 .....	467
13.997/2020 .....	913	92.790/1986 .....	464
14.010/2020 .....	913	94.406/1987 .....	469
14.020/2020 .....	914	99.684/1990 .....	496
14.038/2020 .....	920	1.480/1995 .....	562
14.043/2020 .....	920	2.067/1996 .....	581
14.047/2020 .....	922	3.048/1999 .....	607
14.112/2020 .....	927	3.298/1999 .....	478
14.128/2021 .....	929	3.914/2001 .....	686
14.133/2021 .....	930	4.552/2002 .....	688
14.151/2021 .....	933	4.840/2003 .....	702
14.176/2021 .....	933	5.113/2004 .....	503
14.179/2021 .....	936	6.481/2008 .....	780
14.289/2022 .....	1015	8.424/2015 .....	695
14.297/2022 .....	1016	8.426/2015 .....	818
14.311/2022 .....	1016	8.433/2015 .....	820
14.457/2022 .....	1026	8.989/2017 .....	855
14.597/2023 .....	1030	9.499/2018 .....	877
14.600/2023 .....	1039	9.579/2018 .....	879
14.611/2023 .....	1039	10.088/2019 .....	899
14.682/2023 .....	1040	10.854/2021 .....	1001
14.683/2023 .....	1040	11.034/2022 .....	1016
14.725/2023 .....	1041	12.174/2024 .....	1057
14.786/2023 .....	1041	12.342/2024 .....	1065
14.821/2024 .....	1042		
14.824/2024 .....	1046	<b>DECRETO-LEI</b>	
14.831/2024 .....	1049	4.657/1942 .....	375
14.967/2024 .....	1050	368/1968.....	435
15.074/2024 .....	1065	509/1969.....	435
		691/1969.....	436
		779/1969.....	436
<b>LEIS COMPLEMENTARES</b>			
7/1970 .....	436	<b>ATOS</b>	
8/1970 .....	437	491/2014.....	817
26/1975.....	445	34/2021 .....	937
75/1993 .....	550	366/2024.....	1058
103/2000.....	680		
110/2001.....	684	<b>PORTARIAS</b>	
123/2006.....	740	667/2021.....	938
146/2014.....	817	671/2021.....	950
150/2015.....	822		
155/2016.....	854		



672/2021.....	984	41-A/2024.....	1058
		2.237/2024.....	1061
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>			
71/2021.....	935	<b>RESOLUÇÕES</b>	
<b>INSTRUÇÕES NORMATIVAS</b>			
3/1993.....	548	1.276/2007.....	776
8/1996.....	577	1.340/2009.....	794
10/1997.....	585	1/2015.....	817
12/1997.....	585	525/2015.....	821
13/1997.....	589	2/2015.....	840
16/1999.....	678	780/2015.....	845
17/1999.....	679	235/2016.....	852
18/1999.....	679	1.889/2017.....	858
20/2002.....	687	2.048/2018.....	884
24/2003.....	693	247/2019.....	893
27/2005.....	735	345/2020.....	924
29/2005.....	735	354/2020.....	925
30/2007.....	773	957/2022.....	1018
31/2007.....	776	223/2024.....	1237
32/2007.....	777	586/2024.....	1059
34/2009.....	798	591/2024.....	1059
36/2012.....	804	<b>REGIMENTO INTERNO DO TST</b>	
38/2015.....	845	Resolução Administrativa 1.937/2017.....	1077
39/2016.....	848	<b>PROVIMENTO</b>	
40/2016.....	851	Provimento CFOAB 204/2021.....	932
41/2018.....	867		
2/2021.....	1000		